



## TERRITORIALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO EM CAMPOS – RJ

FALCÃO, Daiana de Azevedo  
*UENF*  
*daiana.azevedo@hotmail.com*

FARIA, Teresa de Jesus Peixoto  
*Dr<sup>a</sup> em Estudos Urbanos*  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense/CCH/LEEA*  
*teresapf@uenf.br*

340

### Resumo

Com a criação do programa habitacional “Morar Feliz”, diversas favelas de Campos dos Goytacazes foram demolidas, sendo a população removida para conjuntos habitacionais construídos pelo programa. Ocorre que remoções forçadas constituem violação a uma série de direitos humanos, e podem provocar efeitos profundos e duradouros sobre aqueles que as vivenciam. Assim, este artigo<sup>1</sup> visa investigar se a política remocionista adotada pelo Morar Feliz na Favela Inferno Verde pode provocar um processo de desterritorialização, a partir do deslocamento forçado dessa população, que foi obrigada a abandonar suas casas, deixando para trás seus referenciais socioespaciais. As análises se sustentam em pesquisas exploratórias, por observação participante e por entrevistas com a população alvo do processo de intervenção.

**Palavras-chave:** Campos dos Goytacazes. Política pública de habitação. Territorialidade

### ABSTRACT

With the creation of the housing program "Live Happy", several Campos dos Goytacazes were demolished, and the population removed for housing estates built by the program. Occurs that forced evictions constitute a violation of a series of human rights, and can cause deep and lasting effects on those who experience them. Thus, this paper aims to investigate whether the policy adopted by remocionista Living Happy Favela Green Hell may cause a process of dispossession, forced displacement from this population, which was forced to abandon their homes, leaving behind their socio-spatial references. The analyzes are supported by exploratory research, by participant observation and interviews with the target population of the intervention process.

**Key-words:** Campos dos Goytacazes. Public housing policy. Territoriality

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte de uma pesquisa que vem sendo realizada no curso de Pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Os dados coletados, via trabalho de campo, por observação participante e por entrevistas com a população-alvo do processo de intervenção serão usados, posteriormente, de base para análise, a fim de responder as indagações propostas na dissertação.



## **Introdução**

Atualmente observa-se no espaço urbano brasileiro uma atuação do Estado no que tange à remoção de habitações consideradas irregulares e impróprias a moradias, especialmente as favelas, que desde sempre foi marcada pelo preconceito, decorrente, dentre outros fatores das condições sociais de seus habitantes.

O que define a favela é a ocupação ilegal da terra (PERLMAN, 1977, p. 40). Essa ocupação irregular se dá, de maneira geral, pela falta de capacidade financeira da população em sanar sua necessidade de moradia por meio da compra. Segundo Canettieri (2014) as ocupações surgem como resposta ao mercado de moradia, que é restrito e excludente.

As favelas configuram-se enquanto encraves no espaço urbano, ocupando áreas consideradas de risco ambiental e social, e, geralmente, em áreas de grande valorização imobiliária, por estas sediarem a maior parte dos equipamentos públicos. Assim, são encaradas como um problema urbano a ser resolvido, devendo ser erradicadas ou, ao menos, removidas para áreas “invisíveis” no espaço, não interferindo na lógica espacial das cidades.

O processo de remoção de favelas não é novo, e marcou fortemente as políticas urbanistas das cidades brasileiras, a partir da década de 1960, no contexto ditatorial, perdurando até o início dos anos 1980, após a redemocratização do país, quando o discurso remocionista enfraqueceu.

Atualmente a remoção voltou a ser encarado pelo Estado como solução para resolver a questão habitacional das favelas, especialmente após a entrada do país no circuito dos megaeventos (sediando a Copa do mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016). De acordo com Rolnik (2012), a liberação de terra bem localizada para empreendimentos e grandes negócios tem levado a um aumento exponencial de remoções forçadas de assentamentos populares, muitos com décadas de existência, vários destes, já regularizados.

Essa forma intervencionista sobre as favelas também tem sido adotada na cidade de Campos dos Goytacazes, na região norte do estado do Rio de Janeiro. Desde 2009, com a criação do programa habitacional “Morar Feliz”, destinado a construir e ofertar 10.000 casas populares a famílias e indivíduos que vivem em áreas consideradas de



risco, diversas favelas foram demolidas, e sua população removida para conjuntos habitacionais construídos pelo referido programa, quase sempre, em locais distantes dos centros urbanos, em bairros já segregados social e espacialmente (AZEVEDO et al 2013, p. 7).

Em alguns casos, a entrega das moradias não ocorre concomitante ao processo de remoção, forçando a população, além de passar pelo difícil processo de remoção, de verem suas casas serem demolidas, a vivenciar um período de incertezas e tensões, inserido na espera pela moradia, conforme ocorrido com a população da favela Inferno Verde, localizada no bairro da Lapa.

Remoções forçadas constituem violação a uma série de direitos humanos, e possuem efeitos profundos e duradouros (guia direito à moradia da ONU). Podem provocar uma ruptura entre o homem e seu habitat, um desenraizamento entre os habitantes e o seu espaço, seus referenciais espaciais e simbólicos, suas territorialidades. Assim, este trabalho se destina a analisar o processo de remoção/reassentamento no programa Morar Feliz na favela Inferno Verde, buscando investigar se essa política remocionista pode provocar um processo de desterritorialização, a partir do deslocamento forçado da população, que é obrigada a abandonar suas casas, deixando para traz seus referenciais socioespaciais.

A escolha da área de estudos se deve ao fato de sua população ter recentemente passado pela remoção, e se encontrar em situação de espera pela moradia, uma vez que as casas prometidas estão sendo erguidas no mesmo local das antigas habitações, o que parece romper com a lógica até então predominante neste programa, que é de construir os conjuntos em áreas distantes dos centros urbanos.

As análises se sustentam em pesquisas exploratórias, que vêm sendo realizadas via trabalho de campo, a partir de observação participante, nas áreas adjacentes à antiga favela, onde está concentrada grande parte da população que foi removida e vivencia a expectativa da construção e entregas das moradias prometidas, bem como por entrevistas, que vêm sendo realizadas com a população atingida.



## **Políticas públicas de habitação em Campos**

Com a promulgação da constituição Federal de 1988, as políticas públicas brasileiras passaram a ser descentralizadas, o que significa dizer que o poder decisório sobre as esferas financeira, administrativa e programática foi transferido aos municípios ou entidades e órgãos locais (MELO, 1996), delegando, assim, maior autonomia, poder de decisão e responsabilidade com as questões sociais.

Nesse contexto, a questão habitacional passou a cargo de Estados e Municípios, sendo estes responsáveis em criar e gerir seus próprios programas habitacionais. Assim, o processo de descentralização política foi uma mola propulsora para o surgimento de diversos programas municipais de habitação social no Brasil, inclusive em Campos dos Goytacazes, que, desde então, vem elaborando ações para o enfrentamento da problemática habitacional, por meio de programas, dentre os quais se destaca o Morar Feliz, objeto de análise do presente trabalho.

Até a criação do Morar Feliz, diversos programas habitacionais foram instituídos pelo poder público local. São esses: “Pode entrar que a casa é sua” (1989); “Vale construção” (1991); “Cada família tem seu lote” (1991); “SOS habitação” (1993); “Comunidade Legal” (2000) e “Casa Nova” (2007).

O “Pode entrar que a casa é sua”, foi instituído em 1989, a fim de atuar na construção de moradias para famílias que viviam em situação crítica, e tinham renda mínima de três salários mínimos, por meio de recursos próprios e de parcerias com Estado e a União. O programa entregou 1839 casas, entre os anos de 1990 e 2008 (DUARTE, 2008, p. 61), período em que atuou.

Os Programas “Vale Construção” e “Cada família tem seu lote” foram lançados em 1991. O primeiro tinha, por objetivo, atender a casos emergenciais, doando materiais de construção às famílias com renda de até 1 salário mínimo. A partir de 1998, o programa teve sua atuação ampliada, pois passou a contar com a parceria da Caixa Econômica Federal, no financiamento de materiais de construção para reformas e ampliação de casas. Entre 1998 e 2001 cerca de 550 famílias foram atendidas pelo programa. (CORDEIRO, 2004, p. 57). Já o programa “Cada família tem seu lote” esteve voltado à doação de lotes urbanizados para famílias com até três salários mínimos. Sua atuação se restringiu ao projeto Terra Prometida, onde 80 casas foram construídas, em



regime de mutirão. De acordo com Duarte (2008, p. 68), o local, desprovido de qualquer assistência e infraestrutura básica, rapidamente passou a ser conhecido como favela, representando um fracasso do programa.

Em 1993, o Município de Campos lança o programa “SOS Habitação”, um auxílio financeiro concedido por um período de seis meses às famílias que fossem atingidas por catástrofes naturais, e estiverem suas casas condenadas pela defesa civil. Atualmente, o município adotou a política do Aluguel Social, o qual concede auxílio financeiro para pessoas que foram removidas de áreas de risco, de vulnerabilidade social ou que tiveram suas casas condenadas pela Defesa Civil Municipal. As famílias são assistidas com este programa até que seja providenciada a reforma da casa, ou ainda beneficiadas com uma moradia do programa Morar Feliz.

Em 2000, o programa “Comunidade Legal” atuou na construção, reforma e ampliação de casas, além da implantação de infraestrutura em áreas de favelização, como na Favela Tamarindo e na Favela do Matadouro. Esta última, além das obras de infraestrutura, teve também a construção de um conjunto habitacional para abrigar as famílias que estavam vivendo em situação crítica no prédio do antigo matadouro existente na favela.

O programa “Casa Nova”, instituído em 2007, foi uma ação implementada pelo poder público municipal, a fim de recuperar as casas atingidas pelas enchentes que afetara a cidade nesse período.

Cabe ressaltar também as ações implementadas pelo programa “Bairro Legal”, que atua no município desde 2009, urbanizando os bairros da cidade, o que inclui a pavimentação de ruas, tratamento de água e esgoto, construção de calçadas, iluminação e sinalização de trânsito. Em alguns casos, ele atua na remoção de favelas, sendo a população removida para conjuntos habitacionais. O programa atuou em 18 bairros da cidade, está em andamento em mais três bairros e já tem aprovação orçamentária para atender mais 5 bairros. A verba para as obras são, em parte, provenientes de recursos próprios, e parte, do Governo Federal, pelo Programa Aceleração do Crescimento (PAC).



## O programa Morar Feliz

Lançado em 2009, o programa Morar Feliz<sup>2</sup> tem, como meta, construir 10.000 casas populares, com recursos próprios, provenientes dos royalties do petróleo<sup>3</sup>, sendo, por isso, propagandeado como o maior programa já desenvolvido no setor habitacional por um município no Brasil (AZEVEDO et al, 2013, p.2).

O objetivo do programa é realocar as famílias que vivem em área de risco ambiental e/ou vulnerabilidade social, garantindo moradia digna para a população pobre, e atuando na reorganização da ocupação do solo no Município de Campos. Suas ações são encaradas, pelo poder público municipal, como socioassistenciais, por promover, além de moradias, acesso aos serviços públicos, combate à pobreza e promoção da cidadania, através da Secretaria Municipal de Família e Assistência Social.

As atuações do programa Morar Feliz são realizadas através de parcerias estabelecidas entre as diversas secretarias do município: Secretaria de obras, atuando na licitação e fiscalização do projeto; Defesa Civil, atuando na remoção das famílias; EMHAB, atuando na localização das áreas para construção dos conjuntos; Secretaria de Família e Assistência Social, atuando no cadastramento e avaliação social das famílias. A empreiteira responsável pelas obras é a Norberto Odebrecht Brasil. A PCE Projetos e Consultorias, do Rio de Janeiro, assina os serviços de gerenciamento, assistência técnica, planejamento e orçamento.

No projeto apresentado pela prefeitura<sup>4</sup>, os conjuntos habitacionais construídos pelo Morar Feliz contam com drenagem, abastecimento de água e esgoto, iluminação, telefonia, arborização, calçadas com acessibilidade e transporte público. As casas possuem 43, 08 m<sup>2</sup>, e são compostas de 2 quartos, sala, cozinha, banheiro, e área de

---

<sup>2</sup> O programa foi uma promessa de campanha política da prefeita Rosinha Garotinho, durante as eleições de 2008, que fora assentada numa forte publicidade de programas estratégicos, de grandes impactos sociais e políticos, como o referido programa. A promessa era de que as 10.000 casas fossem construídas e entregues ao final de sua gestão (2009-2012). Entretanto, nesse período, foram entregues somente 5.426 unidades habitacionais. Ao ser reeleita, em 2012, prometeu construir as 4574 casas restantes, até o final de 2016, quando termina o seu segundo mandato.

<sup>3</sup> O Município de Campos dos Goytacazes arrecadou R\$ 575,1 milhões em royalties de petróleo, no período de janeiro a novembro de 2013 (blog economia do norte fluminense, em 02/12/2013).

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.abc.habitacao.org.br/wp-content/uploads/2013/05/20-GIR-EMHAB-CG-RJ-Programa-Morar-Feliz1.pdf>



serviço, em construção de alvenaria e laje, com paredes com acabamento em pinturas e revestimento no banheiro, cozinha e área de serviço.

Das 10.000 casas prometidas, até o final de 2012 foram entregues 5.426 unidades, distribuídas em 14 conjuntos habitacionais, construídos em 10 bairros<sup>5</sup> da cidade. Na segunda etapa, iniciada em 2013<sup>6</sup>, a previsão é que se construa mais 4.574 unidades habitacionais, em diferentes bairros da cidade, inclusive na baixada campista e na zona rural do município, totalizando 10 mil casas populares entregues, todas financiadas com recursos municipais, provenientes dos royalties do petróleo.

Desde o lançamento do programa, muito tem se especulado sobre seu planejamento e sua execução. Por diversas vezes ele foi alvo de críticas e questionamentos. Um dos motivos para tais, refere-se a desconsideração do programa quanto às áreas destinadas a construção dos conjuntos habitacionais, que estão assinaladas no Plano Diretor. De acordo com Soffiat (2012), o programa tem edificado conjuntos em áreas contíguas a lagoas, como nas de Maria do pilar (Brejo Prazeres), do Taquaruçu (Lagoa dos Prazeres), da Olaria, do Fogo e das Pedras. Segundo ele, as lagoas envolvidas pela malha urbana devem ter uma faixa de 30 metros nas margens a contar do seu leito mais alto, o que se denomina Área de Preservação Permanente (APP). Das lagoas escolhidas para núcleos do Morar Feliz, todas têm, automaticamente, APP.

Outro questionamento feito ao programa refere-se ao fato de que os conjuntos têm sido construídos em áreas periféricas da cidade, distantes da área central, criando assim, outros dois problemas: a falta de mobilidade da população, pois, em muitos conjuntos a falta de transporte público é uma realidade, e o reforço da segregação socioespacial, uma vez que o programa tem expulsado a população pobre das áreas centrais e alocando-a nesses conjuntos. Segundo Azevedo et al (2013, p. 7), a lógica imposta pelo programa Morar Feliz tem repetido o erro já demonstrado em inúmeros outros assentamentos sociais construídos no país, que é promover a construção de

---

<sup>5</sup> Parque Prazeres, Aldeia, Tapera, Eldorado, Lagoa das Pedras, Santa Rosa, Novo Jóquei, Penha, Travessão e Esplanada.

<sup>6</sup> As 900 primeiras casas estão sendo construídas no subdistrito de Ururaí, em 3 conjuntos diferentes.





conjuntos habitacionais em locais distantes dos centros urbanos, em bairros já segregados social e espacialmente.

A falta de qualidade das construções é outro ponto passível a críticas. Em diversas unidades do programa apareceram rachaduras e deteriorização. De acordo com Faria (2012, p. 14), por conta das rachaduras, duas unidades do Morar Feliz da Penha foram interditadas, e os moradores, removidos para o conjunto habitacional do Novo Jockey, sendo, inclusive, motivo de protestos.

Outra questão levantada é que o processo de reassentamento não tem sido acompanhado por uma política pós-ocupação, que possibilite reintegrar os indivíduos em seus novos espaços de vivência, o que tem resultado num processo de favelização dos conjuntos, pois muitos acabam por modificar a fachada original das construções, criando “puxadinhos”, para aumentar o tamanho das casas, ou para servir de comércio, e até mesmo descuidando das casas, que, ao longo do tempo, acabam deterioradas.

Merece destaque nesse artigo, a política remocionista adotada pelo programa, pois, ao invés de optar pela urbanização e a revitalização das favelas, opta pela demolição destas e pela remoção da população para os conjuntos habitacionais construídos em áreas distantes do centro urbano, desprovidos de infraestrutura e serviços sociais básicos, como escolas, postos de saúde, transporte público, praças.

### **As concepções de território, territorialidade e desterritorialização**

Discutir sobre território implica, antes, em distingui-lo do conceito de espaço, tendo em vista que ambos, conforme indica Raffestin (1993, p. 143), têm sido alvo de confusões teóricas em suas análises, isso porque há uma forte associação entre eles. No entanto, não são termos equivalentes. Cada qual possui sua definição, no campo analítico das correntes de pensamento.

Henri Lefebvre compreende o espaço enquanto um “espaço social” (2006, p. 4), produto das relações sociais. Para o autor, o espaço não é um fato da natureza, mas sim um produto, “efeito da ação das sociedades sobre a “primeira natureza” sobre os dados sensíveis, a matéria e a energias” (idem, p.4). Nesse sentido, a natureza passa a ser





apenas uma matéria-prima, sobre a qual operam as forças produtivas de diferentes sociedades para produzir seu espaço (idem, p. 34).

Entender a noção de espaço como um produto, segundo o referido autor, não é compreendê-lo como uma coisa ou objeto, algo sem significância, mas sim como um conjunto de relações. Ele contém as relações sociais de produção (as relações biofisiológicas) e as relações de produção (as funções sociais hierarquizadas) (p. 45).

Para o geógrafo Milton Santos (1978), a análise acerca do espaço deve abarcar quatro categorias que, tomadas em conjunto, possibilita compreender os fenômenos espaciais em sua totalidade. São elas a forma, a função, a estrutura e o processo. A primeira compreende o aspecto visível, o conjunto dos objetos que compõem o espaço, tais como uma casa, um bairro, uma rede urbana. Função designa o papel desempenhado pelo objeto; são as funções associadas a uma determinada forma, como habitar (função) a casa (forma) e comprar (função) numa loja (forma). A estrutura, por sua vez, indica a “natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo” (CORRÊA, 2000, p. 29); é a base na qual as formas e funções acontecem. Por fim, o processo diz respeito a uma ação que se realiza no espaço, a partir de uma estrutura social e econômica.

Raffestin (1993, p. 143) compreende o espaço como

local de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será objeto, a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar”.

Nesse sentido, o espaço é a base indispensável para a vida do homem, uma vez que ele expressa as relações sociais e de produção. Como tal, seu domínio torna-se elemento crucial, sendo apropriado por um determinado grupo, estabelecendo, assim, relações de poder. E é exatamente essa apropriação que transforma o espaço em território, ou seja, “o território se forma a partir do espaço (...). Ao apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p 143).

Assim, o território pode ser definido como



um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas por poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p 143).

Ratzel, ao propor o conceito de espaço vital<sup>7</sup>, evidenciara a importância do território para um grupo social. Para este autor, “o território representa as condições de trabalho e existência de uma sociedade. A perda de território seria a maior prova de decadência de uma sociedade” (MORAES, 2005, p. 19).

Haesbaert (2010, p. 40) enfatiza que o conceito de território pode ser compreendido a partir de três vertentes básicas, a saber: jurídico-política, simbólico-cultural e econômica. A primeira ver o território como “um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder”, geralmente associado ao Estado-Nação. A segunda abordagem entende o território como “produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”. A terceira, por sua vez, “ênfatisa a dimensão espacial das relações econômicas, como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e nas relações capital-trabalho”.

O referido autor também apresenta uma dimensão analítica acerca do território fundamentada numa interpretação naturalista, “com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento “natural” dos homens em relação ao seu ambiente físico” (idem). Ressalta ainda a interpretação do conceito de território, a partir de uma visão integradora, “que envolve a leitura do território como um espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico e cultural.” (p. 74). Esta dimensão concebe o território através das diferentes dimensões sociais.

Apesar das diferentes noções de território apresentadas, Haesbaert enfatiza que o território, “define-se, antes de tudo, com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e o contexto histórico em que está inserido” (p. 78). Assim, ele evidencia que a conceituação de território irá depender, sobretudo, da posição filosófica adotada pelo pesquisador. Contudo, o autor enfatiza que o território, em qualquer

---

<sup>7</sup> O conceito de espaço vital significa “uma proporção de equilíbrio, entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, definindo assim suas potencialidades de progredir e suas premências territoriais” (MORAES, 2005, p. 19).



acepção, tem a ver com poder, tanto ao sentido mais concreto, de dominação, quanto ao seu sentido mais simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2005, p. 6774).

Outra análise acerca do conceito de território é elaborada pelo geógrafo Milton Santos. Para o autor “é o uso do território e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social” (SANTOS, 2005, p. 255), pois, segundo ele, “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (idem). Por território usado compreende-se “um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes” (SANTOS et al 2000, p. 2 apud HAESBAERT, 2010, p. 59).

Dado o exposto, depreende-se que o conceito de território pode ser abordado a partir de diferentes perspectivas, sob variadas óticas, entretanto, em sua construção, a territorialidade é uma “qualidade necessária” (Sack, apud Haesbaert, 2010, p. 86).

Uma das definições de territorialidade é expressa por Raffestin (1993, p. 160) designando “um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema”. Assim, para o referido autor, o sentido de territorialidade abarca mais do que a relação homem-natureza, pois congrega também as relações sociais estabelecidas entre os homens.

Haesbaert (2010), ao propor uma discussão sobre as diferentes concepções de território, apresenta a visão de Robert Sack sobre a questão da territorialidade. Segundo Haesbaert, a concepção de territorialidade proposta por Sack é baseada numa visão eminentemente humana, compreendida a partir de dois atributos fundamentais: a fronteira e controle de acesso (HAESBAERT, 2010, p. 86). Assim, ela pode ser definida como “a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica. Esta área será chamada território” (SACK, 1986, p. 6 apud HAESBAERT, 2010, p. 86).

Ainda de acordo Haesbaert (2010), em sua abordagem acerca da territorialidade, Sack reconhece também a dimensão econômica e cultural da territorialidade, estando ligados ao modo como as pessoas utilizam a terra, como se organizam e como dão sentido ao lugar (p. 86).



Para Soja (1971, p. 19 apud SANTOS, 2009), a territorialidade é entendida como

um fenômeno comportamental associado com a organização do espaço em esferas de influência ou de territórios claramente demarcados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou por agentes outros que assim os definam.

Santos (2009) evidencia que a territorialidade é o controle, enquanto o território é a delimitação. Nesse sentido, o território se expressa pelo espaço delimitado, onde é exercido um controle, a territorialidade.

Para Haesbaert (2010), a delimitação de um território tende a criar um tipo de padronização e classificação, à medida que

todos os que vivem dentro de seus limites tendem assim, em determinado sentido, a ser vistos como “iguais”, tanto pelo fato de estarem subordinados a um mesmo tipo de controle (interno ao território) quanto pela relação de diferença que, de alguma forma, se estabelece entre os que se encontram no interior e os que se encontram fora de seus limites (HAESBAERT, 2010, p. 89).

Nesse contexto, os indivíduos pertencentes a um território tendem a estabelecer uma relação de identidade, a partir do instante em que fazem parte de uma dinâmica social e espacial específica, dentro de um território, ou seja, criam territorialidades.

A crescente mobilidade de pessoas, bens, capital e informações (mobilidade material e imaterial), propiciado pelo avanço nos transportes e das comunicações, tem levantado questionamentos acerca de processos de desterritorialização, caracterizados como “o movimento pelo qual se abandona o território” (HAESBAERT, 2010, p. 127).

O conceito de desterritorialização, assim como o de território, pode ser abordado sob diferentes perspectivas. Haesbaert (2010) apresenta três dimensões, a partir das quais a desterritorialização é tratada. São elas a dimensão econômica, política e simbólica ou cultural.

A primeira compreende os processos voltados para as relações econômicas, enfatizando a globalização, que propicia a destruição das barreiras ou a fixação dos territórios, através da formação de um mercado mundial, cada vez menos dependentes



de bases territoriais, do caráter multilocal das empresas (forte tendências das multinacionais) e da instantaneidade das transações financeiras (HAESBAERT, 2010, p. 173).

A dimensão política aborda a desterritorialização, a partir da diminuição ou enfraquecimento do controle das fronteiras nacionais, dado o crescente fluxo de mercadorias, informações e pessoas no espaço geográfico. Essa dimensão propaga a discurso do “fim do Estado”, em detrimento do “mundo sem fronteiras” (HAESBAERT, 2010, p. 200).

A dimensão simbólica ou cultural compreende o processo de desterritorialização a partir da “desvinculação cultural de espaços específicos e a mescla de identidades ou o hibridismo como norma cultural dominante” (HAESBAERT, 2010, p. 221), ou seja, seria o hibridismo cultural a base da desterritorialização, uma vez que este tende a dissolver os elos entre um determinado território e sua identidade cultural.

Apesar da distinção apresentada por Haesbaert acerca das dimensões da desterritorialização, o referido autor compreende que este processo apresenta-se enquanto mito, tendo em vista que, para ele, é possível criar territorialidades na mobilidade.

Talvez seja essa a grande novidade de nossa experiência espaço-temporal dita pós-moderna, onde controlar o espaço indispensável à nossa reprodução social não significa (apenas) controlar áreas e definir “fronteiras”, mas, sobretudo, viver em redes, onde nossas próprias identificações e referências espaço-simbólicas são feitas não apenas no enraizamento e na (sempre relativa) estabilidade, mas na própria mobilidade – uma parcela expressiva da humanidade identifica-se no e com o espaço em movimento, podemos dizer (HAESBAERT, 2010, p. 279).

Assim, o autor compreende que a questão da territorialização deve envolver o enraizamento, a partir da criação de referenciais simbólicos, também na mobilidade, pois, para o autor, tratar do território, hoje, é falar de movimento, de fluxo, de rede. Um movimento “dotado de significado, de expressividade, isto é, quem tem um significado determinado para quem o constrói e/ou para quem dele usufrui” (HAESBAERT, 2010, p. 281).



### **Política habitacional em Campos: caminhando para a desterritorialização?**

Em 2012, em função das obras realizadas pelo programa “Bairro Legal”<sup>8</sup>, moradores da Favela Inferno Verde, na cidade de Campos dos Goytacazes, tiveram suas casas demolidas, sendo obrigados a abandoná-las. Para realocar essa população, a prefeitura está erguendo um conjunto habitacional no mesmo local de suas antigas habitações, através do programa “Morar Feliz”.

Enquanto aguardam a construção e entrega das moradias prometidas, a população está vivendo em habitações provisórias, subsidiados pelo Aluguel Social, um programa de transferência de renda concedido pela prefeitura às famílias e indivíduos que não possuem casa, até que seja providenciada uma moradia em um dos conjuntos do programa “Morar Feliz”.

Ocorre que o processo de remoção instituído pelo programa, bem como a espera pela moradia envolve muitas questões, que vão desde o enfrentamento entre o poder público municipal e os moradores da comunidade a ser removida, a partir da resistência em deixar suas casas, à perda da relação de vizinhança, à ruptura entre o homem e seus referenciais sociais, espaciais e simbólicos, suas territorialidades.

Relatos de diversos moradores demonstram que, a política implementada na favela Inferno Verde tem afetado consideravelmente as relações sociais e espaciais da população, interferindo numa lógica social até então existente na comunidade, conforme mencionado pela senhora Sônia (71 anos), que vivia naquele território há mais de 50 anos. Segundo ela, depois que saíram da favela, os vizinhos foram se afastando, apesar de muitos estarem morando nas áreas adjacentes. Ela que gostava de encontrar os amigos para bater papo na frente de casa e jogar vispa aos domingos no bar de seu Giovanni (que ficava na favela e também fora demolido), acabou tendo sua rotina modificada.

Ela afirma que perdeu contato diário com muita gente. Alguns ex-vizinhos ela até vê; passam na frente da casa dela, alguns param para conversar. Mas, para ela, as coisas mudaram bastante, a relação com eles mudou. Inclusive, sua filha, que morava no andar de cima de sua casa, mudou-se para um local mais distante. Ela, que tanto a

---

<sup>8</sup> O programa “Bairro Legal” tem, por objetivo, urbanizar os bairros da Cidade de Campos, efetuando a pavimentação de ruas, tratamento de água e esgoto, construção de calçadas, iluminação, paisagismo e sinalização de trânsito.



ajudava com os afazeres da casa, agora tem contribuído menos, devido o distanciamento. Ela espera que, com a reintegração da comunidade, após a entrega do conjunto, essa situação se modifique, e todos possam voltar a ter a mesma relação de antes, todo mundo morando próximo, podendo contar uns com os outros.

Em alguns casos, a população removida da favela Inferno Verde, além de terem perdido seus lares, construídos com o sacrifício de uma vida inteira, de terem de se distanciar de seus referenciais espaciais, seus amigos e vizinhos de anos, ainda tem seus laços familiares rompidos. Esta é uma realidade vivenciada pela secretária Diana (27 anos), que, desde que saiu da favela está morando numa república de estudantes, enquanto sua família está residindo em outro município. Como ela trabalha em Campos, teve que ficar e encontrar uma solução para sua questão de moradia.

Desde que tive que sair dali, nunca mais voltei, nem mesmo para ver meus amigos e familiares. Agora só vejo meus parentes em reuniões de família, ou em alguma festa. A minha mãe, eu vou na casa dela nos fins de semana. Meus vizinhos, eu quase não tenho contato (Diana, 27 anos. Ex-moradora da Favela Inferno Verde).

Casos conforme os citados neste trabalho são exemplos que demonstram que a política implementada na Inferno Verde, pelo Morar Feliz, tem impactado diretamente sobre as práticas cotidianas da população removida, sobre os laços familiares, sobre a relação de vizinhança, sobre suas territorialidades, que engloba a noção de pertencimento do indivíduo, de se sentir parte integrante de uma dinâmica social e espacial específica, rompida no momento em que foram expulsos de seu território e reafirmada durante toda a espera pela moradia.

Neste contexto, a expropriação territorial ocasionada pela política habitacional na população da favela Inferno Verde, é passível de desenvolver um processo de desterritorialização, tanto se considerarmos a definição do conceito, como “o movimento pelo qual se abandona o território” (HAESBAERT, 2010, p. 127), ainda que este abandono tenha sido compulsório, como pela perda dos referenciais espaciais e sociais da população que habitava o território.

Contudo, durante a espera pela moradia, atividades sociais se desenvolvem, e identidades sociais e espaciais podem ser construídas. Essas identidades construídas não apagam necessariamente as identidades anteriores. “Elas são um recurso suplementar do





qual os indivíduos se apoderam em função das suas necessidades, e das estratégias sociais que definem para fazer face à este tempo incerto” (VIDAL; MUSSET, 2011). Nesse contexto, os indivíduos ou grupos em situação de espera são capazes de tornar os espaços provisórios em familiares, de se apropriarem dele, criar identidades sócio-espaciais, produzir territorialidades. Nesse sentido, os indivíduos ou grupos podem se re-territorializar, pois conforme afirma Haesbaert (2010, p. 131), toda desterritorialização é acompanhada de uma reterritorialização.

## **CONSIDERAÇÕES**

O histórico das políticas de habitação no Brasil tem mostrado que a remoção de favelas tem sido a opção preferencial dos órgãos públicos no tratamento das questões habitacionais urbanas, em detrimento da provisão de melhorias e instalação de infraestrutura e serviços nesses espaços. O Programa Morar Feliz não se faz uma exceção. Ele acompanha essa lógica de intervenção, sendo responsável pela extinção de diversas favelas na cidade de Campos, alocando a população removida em conjuntos habitacionais construídos nas áreas periféricas da Cidade.

Entretanto, a política instituída pelo Morar Feliz na favela Inferno Verde parece romper com a lógica predominante, de construção de casas populares nas áreas periféricas das cidades, uma vez que as casas prometidas estão sendo construídas no mesmo local das antigas habitações.

Contudo, a remoção instituída pelo programa, bem como o período de espera vivenciado pela população da antiga Favela Inferno Verde, conforme constatado na pesquisa, tem ocasionado uma série de impactos a essa população, dentre estes, a perda da identidade social e espacial. Nesse contexto, essa política acaba por criar novos problemas para a população, além de agravar ainda mais as condições de vida desta, que encontrou na favela uma forma de garantir seu direito básico de cidadania: ter um lar para viver.



## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sérgio. TIMÓTEO, Geraldo Márcio. ARRUDA, Ana Paula S.N. Habitação social e segregação espacial: Implicações do programa “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes – RJ. *37º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 2013.

CANETTIERI, Thiago. Ocupações, remoções e luta no espaço urbano: a questão da moradia. *Em: e-metropolis*. nº 17. ano 5 – julho de 2014. p. 22-29.

CORDEIRO, Martha Eleonora Venâncio Mignot. *O sonho da casa própria na Terra Prometida: políticas habitacionais em campos dos Goytacazes (1989- 2004)*. Dissertação de Mestrado em Planejamento Regional e gestão de cidades da universidade Cândido Mendes. Campos dos Goytacazes, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito chave da Geografia. *Em: Castro et al. Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 15-48.

DUARTE, Danielle Barros. *A descentralização da política habitacional: o caso de Campos dos Goytacazes*. Dissertação de Mestrado em políticas Habitacionais da Universidade estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes/RJ, 2008.

FARIA, Teresa P. *Justiça espacial como referência para análise de políticas públicas no Brasil?* Estágio pós-doutoral na França, 2012.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 5ª ed.

\_\_\_\_\_. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Em: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina- 20 a 26 de março de 2005 - Universidade de São Paulo*.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4 éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev. 2006.

MELO, Marcus André. *Crise federativa, guerra fiscal e “hobbesianismo municipal”:* efeitos perversos da descentralização. *São Paulo em Perspectiva*, 10(3), 1996.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Geografia: pequena historia critica*. São Paulo: Hucitec, 2005.

PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade*. Favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

ROLNIK, Raquel. *Habitação no centro é um problema de justiça e política pública*. Entrevista concedida a rádio CNB no dia 31/03/2012.

SANTOS, Carlos. Território e Territorialidade. *Revista Zona de Impacto*, ISSN 1982-9108, v. 13, ano 11, set-dez de 2009.

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 1978, 142p.



\_\_\_\_\_. O retorno do Território. *OSAL: OBSERVATÓRIO SOCIAL DA AMÉRICA LATINA*. Ano 6. nº 16, 2005.

SOFFIATI, Arthur. *Morar Feliz?* Matéria publicada no Jornal *O Rebate* em 09/08/2012. Disponível em: <http://www.jornalrebate.com.br/site/colunistas-249/arthur-soffiati/9125-morar-feliz>. Acesso em: 05/02/2014.

VIDAL, Laurent. MUSSET, Alain. VIDAL, Dominique. *Sociedades, mobilidades, deslocamentos: os territórios da espera. O caso dos mundos americanos (de ontem a hoje)*. Confins, 2011.